

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3232-8067 | (63) 3232-8238 | socs@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 25 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) – 2017 da Universidade Federal do Tocantins.

O Egrégio Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária realizada no dia 08 de dezembro de 2016, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) – 2017 da Universidade Federal do Tocantins, conforme anexo único a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ISABEL AULER
Reitora



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA (PAINT) – 2017 DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

Anexo único da Resolução nº 25/2016 - Consuni
Aprovado pelo Conselho Universitário em 08 de dezembro de 2016.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AATA – Assessoria e Auditoria Técnico-Administrativa

AUDIN – Auditoria Interna

CGU – Controladoria Geral da União

CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CONSUNI – Conselho Universitário

CPGF – Catão de Pagamento do Governo Federal

DAC – Diretoria de Assuntos Comunitários

DAE – Diretoria de Assuntos Estudantis

DAI - Diretoria de Assuntos Internacionais

DAM – Diretoria de Alimentação e Moradia

DCF – Diretoria de Contabilidade e Finanças

DDP – Diretoria de Desenvolvimento Organizacional e Pessoal

DDRG – Diretoria de Desenvolvimento e Regulação da Graduação

DEINFRA – Diretoria de Engenharia e Infraestrutura

DEV – Diretoria de Esporte e Vida

DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas

DIC – Diretoria de Informação ao Cidadão

DICOM – Diretoria de Comunicação

DIMAN – Diretoria de Manutenção

DIOR – Diretoria de Orçamento

DIRAD – Diretoria Administrativa

DIRCULT – Diretoria de Cultura

DIREX – Diretoria de Extensão

DIRPESQ – Diretoria de Pesquisa

DIRPLAN – Diretoria de Planejamento

DIRPOS – Diretoria de Pós-graduação

DIT – Diretoria de Inovações Tecnológicas

DIURB – Diretoria de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente

DPEE – Diretoria de Programas Especiais de Educação

DQV – Diretoria de Qualidade de Vida

DRCA – Diretoria de Registro e Controle Acadêmico

DSE – Diretoria de Serviços Essenciais

DSMA – Diretoria de Sustentabilidade e Meio Ambiente

DTE – Diretoria de Tecnologias Educacionais

DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação

FAPTO – Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins

IN – Instrução Normativa

NA – Nota de Auditoria

ODP – Observatório da Despesa Pública

PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PPP – Plano de Providências Permanente

PROAD – Pró-Reitoria de Administração e Finanças

PROAP – Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento

PROEST – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

PROGEDEP – Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação

PROPESQ – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

PU – Prefeitura Universitária

RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna

REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão Universitária

SA – Solicitação de Auditoria

SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

SIAFI – Sistema de Administração Financeira

SIAPE – Sistema de Administração de Pessoal

SIASG – Sistema de Administração e Serviços Gerais

SIE – Sistema Integrado de Ensino

SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle

SISBIB – Sistema de Bibliotecas

SPIUNET – Sistema de Patrimônio Imobiliário da União

TCU – Tribunal de Contas da União

UFT – Universidade Federal do Tocantins

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - – Equipe da Auditoria Interna em 30 de setembro de 2016.....	10
Figura 2 - Orçamento estimado para 2017	10
Figura 3 – Questionário aplicado aos gestores	14
Figura 4 – Matriz de áreas de risco	17
Figura 5 – Matriz de risco – Nível estratégico.....	18
Figura 6 – Matriz de risco – Nível tático.....	19
Figura 7 - Matriz de riscos das áreas (níveis estratégico e tático)	19
Figura 8 – Matriz de áreas de risco do <i>campus</i> de Gurupi.....	20
Figura 9 – Matriz de riscos das áreas de nível estratégico do <i>campus</i> de Gurupi	21
Figura 10 – Escalas de probabilidade e impacto.....	21
Figura 11 – Escala de nível de risco	22
Figura 12 – Matriz de riscos – recomendações da Audin	22
Figura 13 – Matriz de riscos – recomendações do TCU	23
Figura 14 – Matriz de riscos – recomendações da CGU	23
Figura 15 – Previsão de capacitação Audin UFT	35
Figura 16 – Previsão de capacitação Audin Gurupi.....	35

ÍNDICE

1 – INTRODUÇÃO	8
2 – A INSTITUIÇÃO	8
3 – A UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	9
3.1 – Equipe da Unidade de Auditoria Interna.....	10
3.2 – Orçamento da Unidade de Auditoria Interna	10
3.3 – Vinculação técnica e administrativa da Unidade de Auditoria Interna.....	10
3.3.1 – Vinculação técnica	10
3.3.2 – Vinculação administrativa	11
3.3.3 – Vinculação técnica e administrativa dos auditores do campus de Gurupi.....	11
4 – FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PAINT.....	11
5 – MAPEAMENTO E HIERARQUIZAÇÃO DAS ATIVIDADES.....	13
5.1 – Definição das atividades	13
5.2 – Hierarquização das atividades – matriz de risco.....	13
5.2.1 – Questionário aplicado à Auditoria Baseada em Riscos	13
5.2.2 – Questionário aplicado à Auditoria Baseada em Riscos	15
5.2.3 – Classificação das áreas de acordo com a Matriz de Riscos.....	17
5.2.4 – Estoque de recomendações.....	21
6 – O PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA	25
6.1 - Descrição das atividades e ações de auditoria previstas para o exercício de 2017 – Unidade de Auditoria Interna.....	25
6.2 - Descrição das atividades e ações de auditoria previstas para o exercício de 2017 – Unidade de Auditoria Interna do <i>Campus</i> de Gurupi	31
7. – Ações de capacitação.....	35

1 – INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2017 é o documento que descreve todas as atividades que serão realizadas pela equipe da Auditoria Interna no exercício de 2017.

O PAINT foi elaborado de acordo com a Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015, que dispõe sobre o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e os trabalhos de auditoria realizados pelas unidades de auditoria interna.

Assim, o planejamento tem como objetivo contribuir com a Administração, através da utilização de procedimentos ordenados e sistemáticos para a busca de resultados satisfatórios e de melhoria dos procedimentos e controles adotados, principalmente quanto à eficiência, eficácia, economicidade, legalidade e legitimidade dos atos e fatos da gestão.

2 – A INSTITUIÇÃO¹

Instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, a Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT) é uma entidade pública vinculada ao Ministério da Educação destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente (Artigo 207 da Constituição Federal).

Sua **missão** é *formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal* (conforme redação dada pelo Planejamento Estratégico 2014-2022).

Sua **visão** é *ser reconhecida nacionalmente até 2022, pela excelência no ensino, pesquisa e extensão* (idem).

São **valores** da UFT:

- Respeito à vida e à diversidade;
- Transparência;
- Comprometimento com a qualidade;
- Criatividade e inovação;
- Responsabilidade social;
- Equidade.

¹ Disponível no *site* da instituição, no endereço <http://ww2.uft.edu.br/institucional>

Por fim, os grandes **pilares estratégicos** da Instituição, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016) são:

- Atuação sistêmica;
- Articulação com a sociedade;
- Aprimoramento da gestão;
- Valorização humana.

3 – A UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Unidade de Auditoria Interna é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação vigente.

A Audin deve atuar de forma a contribuir para o alcance dos resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão. Além disso, deve propor ações corretivas necessárias, buscando sempre agregar valor à gestão e racionalizar as ações de controle. Deve, também, prestar assessoramento à alta administração da entidade.

Segundo a IN nº 01/2001 - SFC, auditoria interna é:

... “conjunto de técnicas que visa avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito público e privado, mediante a confrontação entre uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou legal.” (IN SFC nº 01/2001).

O capítulo X da IN Nº 01/2001 – CGU-PR/SFC define as atividades específicas da Auditoria Interna e por isso, as atividades de orientação da auditoria interna não se confundem com as de **consultoria e assessoramento jurídico** que competem a Advocacia Geral da União e a seus respectivos órgão e unidades, consoante estabelecido no art. 17, inciso II, Lei Complementar nº 73/1993. Vale destacar que, conforme Orientação Normativa Nº 28, de 9 de Abril de 2009, cabe aos membros da Advocacia Geral da União a competência para representar Judicial e Extrajudicialmente a União, suas Autarquias e Fundações Públicas, bem como para exercer as atividades de Consultoria e Assessoramento Jurídico do Poder Executivo Federal.

E, sobre as atividades desenvolvidas pela AUDIN, assim preceitua a IN nº 01/2001 - SFC:

“Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos servidores da auditoria interna, no desempenho de suas atribuições inerentes às atividades de auditoria e fiscalização.”

3.1 – Equipe da Unidade de Auditoria Interna

A equipe da Unidade de Auditoria Interna da Universidade Federal do Tocantins atualmente é composta pelas seguintes servidoras:

Figura 1 – Equipe da Auditoria Interna em 30 de setembro de 2016

Nome	Cargo/Função
Karina Mosel Paixão	Administradora/Coordenadora de Auditoria Interna
Fabiene de Fátima Ferreira Nunes	Administradora/Auditora Interna
Rita de Cássia Alves Oliveira	Administradora/Auditora Interna
Leandro Gomes da Silva ²	Auditor/ <i>campus</i> de Gurupi
Maurício Dias dos Santos ³	Auditor/ <i>campus</i> de Gurupi

Fonte: AUDIN/UFT

3.2 – Orçamento da Unidade de Auditoria Interna⁴

Para o exercício de 2017, o orçamento estimado da Audin é de R\$ 23.300,00 nas seguintes naturezas de despesas:

Figura 2 - Orçamento estimado para 2017

Grupo de despesa	Natureza de despesa	Descrição	Valor Estimado
3	33.90.14	Diárias	R\$ 7.300,00
3	33.90.33	Passagens	R\$ 10.000,00
3	33.90.39	Capacitação	R\$ 6.000,00
Total			R\$ 23.300,00

Fonte: AUDIN/UFT

3.3 – Vinculação técnica e administrativa da Unidade de Auditoria Interna

3.3.1 – Vinculação técnica

Conforme art. 15 do Decreto nº 3.591/2000, a Auditoria Interna se sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram. Essa vinculação técnica visa proporcionar a qualidade dos trabalhos e efetividade nos

² Auditor sem vinculação hierárquica à Audin

³ Auditor sem vinculação hierárquica à Audin

⁴ A estimativa do orçamento leva em consideração os servidores que possuem vinculação hierárquica à Unidade de Auditoria Interna da Reitoria, sendo que os demais servidores devem estar inseridos na estimativa orçamentária da unidade a que são subordinados.

resultados de auditoria e racionalizar as ações de controle.

3.3.2 – Vinculação administrativa

A Auditoria Interna da UFT é o órgão de assessoramento responsável pela auditoria interna da instituição, vinculada ao Conselho Superior – CONSUNI e essa vinculação visa garantir a independência técnica de sua atuação.

3.3.3 – Vinculação técnica e administrativa dos auditores do campus de Gurupi

Os auditores do *campus* de Gurupi são vinculados hierarquicamente à Direção daquela unidade e tecnicamente à Unidade de Auditoria Interna da UFT.

4 – FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PAINT

O Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna, exercício 2017, foi elaborado com base nas seguintes considerações:

- diagnóstico das áreas mais sensíveis ao risco, obtido por meio da aplicação da ABR – Auditoria Baseada em Riscos, cujo resultado está descrito no item 5.2.3;
- o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2016-2020 (a adoção do PDI 2014-2018 visa atender à exigência contida no artigo 3º da Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015), onde estão descritos os cinco grandes processos internos da instituição, além da descrição dos objetivos, metas, ações estratégicas e cronograma de desenvolvimento.

Portanto, de acordo com o PDI “*Os resultados alcançados no Planejamento Estratégico serviram de base na elaboração do PDI, período 2016 a 2020. Para isso foi confeccionada uma matriz (Figura 02) que serviu como base o Instrumento de Avaliação Institucional Externa, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que contempla os cinco eixos do Sinaes. Sendo estes:*

Eixo Nº 01 – Planejamento e Avaliação Institucional (dimensão Sinaes 8 – Planejamento e Avaliação);

Eixo Nº 02 – Desenvolvimento Institucional (dimensões Sinaes 1 –

Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e 3 - Responsabilidade Social da Instituição);

Eixo Nº 03 – Políticas Acadêmicas (dimensões Sinaes 2 – Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, 4 - Comunicação com a Sociedade e, 9 - Políticas de Atendimento aos Discentes);

Eixo Nº 04 – Políticas de Gestão (dimensões Sinaes 5 – Políticas de Pessoal, 6 - Organização e Gestão da Instituição e, 10 - Sustentabilidade Financeira); e,

Eixo Nº 05 – Infraestrutura Física (dimensão Sinaes 7 – Infraestrutura Física).

- a legislação aplicável à Universidade;
- os resultados dos últimos trabalhos de auditoria realizados pelos órgãos de controle interno e externo (Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, Auditoria Interna e Tribunal de Contas da União), que geraram recomendações pendentes de atendimento (estoque de recomendações). O resultado está descrito no item 5.2.4.

As ações programadas para 2017 abrangerão o período de 02 de janeiro a 15 de dezembro e para o cálculo das horas foi considerada a quantidade de servidoras lotadas na Audin, sendo uma coordenadora de auditoria interna e duas auditoras internas, no regime de 8 horas diárias, descontadas os períodos de férias e licenças programadas para o próximo exercício.

Para a carga horária destinada a cada atividade de auditoria já está incluído o tempo necessário para a realização do planejamento da ação; estudo e interpretação da legislação pertinente; definição de amostra; coleta e análise de dados; aplicação das técnicas de auditoria necessárias para a ação; elaboração das solicitações e notas de auditoria, registro das evidências e elaboração dos relatórios com as respectivas recomendações.

Os trabalhos de auditoria serão realizados segundo as normas de auditoria aplicáveis ao serviço público federal e às práticas contábeis adotadas no Brasil, objetivando emitir opinião sobre as contas das unidades analisadas, assim como diagnosticar e certificar a gestão dos recursos alocados por seus agentes responsáveis.

A Audin prestará assistência durante todas as auditorias realizadas no âmbito da UFT, tanto pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle quanto pelo TCU, bem como quaisquer outras auditorias e fiscalizações externas, acompanhando

as recomendações efetuadas e informando seus resultados aos órgãos competentes.

O resultado das atividades de auditoria será levado ao conhecimento das chefias das áreas envolvidas, para que adotem as providências necessárias. As constatações, recomendações e pendências farão parte do relatório de auditoria, que será encaminhado à chefia das áreas auditadas, ao Reitor, ao Consuni e ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.

5 – MAPEAMENTO E HIERARQUIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

5.1 – Definição das atividades

Para a definição das atividades a serem realizadas, foi aplicada a metodologia de Auditoria Baseada em Risco, desenvolvida inicialmente pela equipe de auditoria interna da UFABC, tendo por referência o modelo de Matriz de Riscos utilizado pelo Banco Central do Brasil. Entretanto, não há a intenção de utilizar a hierarquização do grau de risco como uma última posição para fins de planejamento, mas sim como um respaldo à ação dos auditores, constituindo-se em uma das fontes de informação que deverá ser por eles consultada.

Por isso, ao realizar o mapeamento das atividades, foram também levados em consideração todos os programas, ações e atividades que apresentaram créditos orçamentários e sua correlação com as áreas de atuação previstas para a auditoria interna. Além disso, fez-se também o estoque das recomendações por assunto, constantes do Plano de Providências Permanente – PPP e das recomendações que foram feitas pela Audin e pelo TCU desde o exercício de 2013.

5.2 – Hierarquização das atividades – matriz de risco

A avaliação de risco foi obtida mediante dados provenientes dos gestores das áreas nos níveis estratégico e tático, e da percepção institucional, por meio da análise da Audin, de modo a respaldar a tomada de decisões referente ao escopo dos trabalhos de auditoria no exercício subsequente.

5.2.1 – Questionário aplicado à Auditoria Baseada em Riscos

Diante das diversas formas de classificar os riscos inerentes aos processos organizacionais da instituição, os fatores de risco utilizados foram baseados em questionário formulado pelo TCU, convencionado de maneira a proporcionar amplitude e generalidade desejada para o trabalho realizado.

A avaliação do risco pelo gestor ocorreu por meio da aplicação do questionário aos gestores de nível estratégico e tático, sendo a pontuação atribuída por dois avaliadores:

- gestor de nível estratégico ao qual a unidade avaliada está subordinada;
- gestor de nível tático responsável pela unidade administrativa avaliada.

A seguir é apresentado o questionário que foi aplicado.

Figura 3 – Questionário aplicado aos gestores

FATORES AVALIADOS	AVALIAÇÕES	
Ambiente de Controle	GESTOR NÍVEL ESTRATÉGICO	GESTOR NÍVEL TÁTICO
1. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela área são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da área.		
2. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão formalizados.		
3. Há mecanismos que garantam ou incentivam a participação dos servidores dos diversos níveis da estrutura da área na elaboração dos procedimentos das instruções operacionais.		
4. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		
5. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da área.		
6. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela área.		
Subtotal por Fator de Risco		
Avaliação de Risco	GESTOR NÍVEL ESTRATÉGICO	GESTOR NÍVEL TÁTICO
7. Os objetivos e metas da área estão formalizados.		
8. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da área		
9. É prática da área o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		
10. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		
Subtotal por Fator de Risco		
Procedimentos de Controle	GESTOR NÍVEL ESTRATÉGICO	GESTOR NÍVEL TÁTICO
11. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da área, claramente estabelecidas.		

12. As atividades de controle adotadas pela área são apropriadas, funcionam consistentemente e possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam resultar de sua aplicação.		
Subtotal por Fator de Risco		
Informação e Comunicação	GESTOR NÍVEL ESTRATÉGICO	GESTOR NÍVEL TÁTICO
13. A informação relevante para a área é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente aos interessados.		
14. As informações consideradas relevantes pela área são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao pessoal da área tomar as decisões apropriadas.		
15. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da área, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		
Subtotal por Fator de Risco		
Monitoramento	GESTOR NÍVEL ESTRATÉGICO	GESTOR NÍVEL TÁTICO
16. O sistema de controle interno da área é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		
17. O sistema de controle interno da área tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações realizadas.		
18. O sistema de controle interno da área tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		
Subtotal por Fator de Risco		
PONTUAÇÃO TOTAL		
Valores da avaliação (adaptação da escala de Likert sem o elemento central)		
(0) Concordo Totalmente		
(1) Concordo em grande parte, mas não totalmente		
(2) Não concordo em grande parte, mas não totalmente		
(3) Não concordo totalmente		

5.2.2 – Questionário aplicado à Auditoria Baseada em Riscos

A segunda etapa da ABR é a percepção organizacional, que subsidiou a formatação de questões para atribuição da pontuação ao grau de risco. Fundamentada na Seção II do Capítulo VI do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, as variáveis básicas utilizadas para a planificação dos trabalhos de auditoria são:

- Materialidade: leva em consideração o montante dos recursos orçamentários e financeiros envolvidos;

- Relevância: importância relativa ou papel desempenhado por determinada questão, situação ou unidade; e
- Criticidade: refere-se aos elementos de vulnerabilidade ou riscos potenciais.

Dessa forma, as questões formatadas foram as seguintes:

1) A área executa processos críticos (volume financeiro) ou chaves (relacionados com atividades finalísticas da instituição)?

- (0) Não
- (10) Sim

2) Quando foi a última vez que a área foi auditada?

- (0) Nos últimos 6 (seis) meses
- (5) No intervalo de 6 (seis) a 12 (doze) meses
- (10) No intervalo de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses
- (15) Há mais de 2 (dois) anos
- (20) Nunca

3) Qual o montante de recursos orçamentários movimentado pela área?

- (0) De R\$ 0,00 a R\$ 100.000,00
- (5) De R\$ 100.000,01 a R\$ 1.000.000,00
- (10) De R\$ 1.000.000,01 a R\$ 10.000.000,00
- (15) De R\$ 10.000.000,01 a R\$ 50.000.000,00
- (20) Acima de R\$ 50.000.000,00

4) Com base nos conhecimentos/experiência dos auditores, como são avaliados os controles internos da área?

- (0) Ótimos
- (5) Bons
- (10) Razoáveis
- (15) Frágeis
- (20) Muito frágeis

5) Com base nos conhecimentos/experiência dos auditores, as informações disponibilizadas pela área, nos mais variados meios, são dotadas de qualidade e propiciam uma comunicação adequada com interessados?

- (0) Frequentemente
- (5) Algumas vezes

(10) Raramente

6) Qual a probabilidade e o impacto de riscos à imagem da UFT nos processos executados pela área?

- (0) Baixa probabilidade e baixo impacto
- (5) Alta probabilidade e baixo impacto
- (10) Baixa probabilidade e alto impacto
- (15) Alta probabilidade e alto impacto

7) A área costuma acatar/implementar recomendações feitas pela Auditoria Interna e pelos órgãos de controle (CGU e TCU)?

- (0) Não houve recomendação
- (1) Sempre acata
- (2) Frequentemente acata
- (3) Algumas vezes acata
- (4) Raramente acata
- (5) Nunca acata

5.2.3 – Classificação das áreas de acordo com a Matriz de Riscos

A matriz de risco apresentada reflete a realidade das áreas cujos gestores responderam ao questionário proposto pela equipe de auditoria interna e os que não apresentaram manifestação estão destacados e a análise pautou-se exclusivamente na verificação do grau de risco institucional, feito pela auditoria interna.

Figura 4 – Matriz de áreas de risco

ÁREAS AVALIADAS			
ÁREA	GRAU DE RISCO NA VISÃO DO GESTOR	GRAU DE RISCO NA VISÃO DA AUDIN	GRAU DE RISCO - MÉDIA PONDERADA
DAM	35,2%	70,00%	56,1%
PROEST	13,6%	73,00%	49,2%
DAE	20,4%	68,00%	48,9%
DIREX	18,5%	60,00%	43,4%
DIRAD	30,2%	51,00%	42,7%
DIMAN	25,3%	52,00%	41,3%
DIRPESQ	30,9%	47,00%	40,5%
DIURB	25,9%	50,00%	40,4%
DIOR	16,7%	56,00%	40,3%
DSE	14,8%	57,00%	40,1%
DEV	31,5%	45,00%	39,6%
DIRPOS	26,5%	48,00%	39,4%
PROEX	6,8%	60,00%	38,7%

DEINFRA	17,9%	52,00%	38,4%
P.U.	8,6%	57,00%	37,7%
PROAD	14,8%	52,00%	37,1%
DTI	14,8%	51,00%	36,5%
PROPESQ	12,3%	52,00%	36,1%
DDP	22,2%	45,00%	35,9%
DCF	31,5%	37,00%	34,8%
DTE	0,0%	55,00%	33,0%
PROAP	5,6%	51,00%	32,8%
SISBIB	6,8%	50,00%	32,7%
DICOM	8,0%	48,00%	32,0%
DIRCULT	26,5%	35,00%	31,6%
AATA	18,5%	40,00%	31,4%
PROGRAD	3,7%	48,00%	30,3%
DSMA	0,0%	50,00%	30,0%
DAI	14,8%	40,00%	29,9%
DAC	13,6%	40,00%	29,4%
DIRPLAN	10,5%	41,00%	28,8%
DGP	30,9%	27,00%	28,5%
DPEE	7,4%	42,00%	28,2%
DRCA	7,4%	42,00%	28,2%
DDRG	7,4%	41,00%	27,6%
DIT	12,3%	31,00%	23,5%
DQV	12,3%	31,00%	23,5%
PROGEDEP	9,9%	32,00%	23,2%
OUVIDORIA	12,3%	21,00%	17,5%
DIC	2,5%	16,00%	10,6%
VICE-REITORIA	16,0%	0,00%	6,4%
REITORIA	11,1%	0,00%	4,4%

LEGENDA

	RISCO BAIXO
	RISCO MÉDIO
	RISCO ALTO
	RISCO ALTÍSSIMO
	SEM RESPOSTA

FONTE: AUDIN/UFT

Figura 5 – Matriz de risco – Nível estratégico

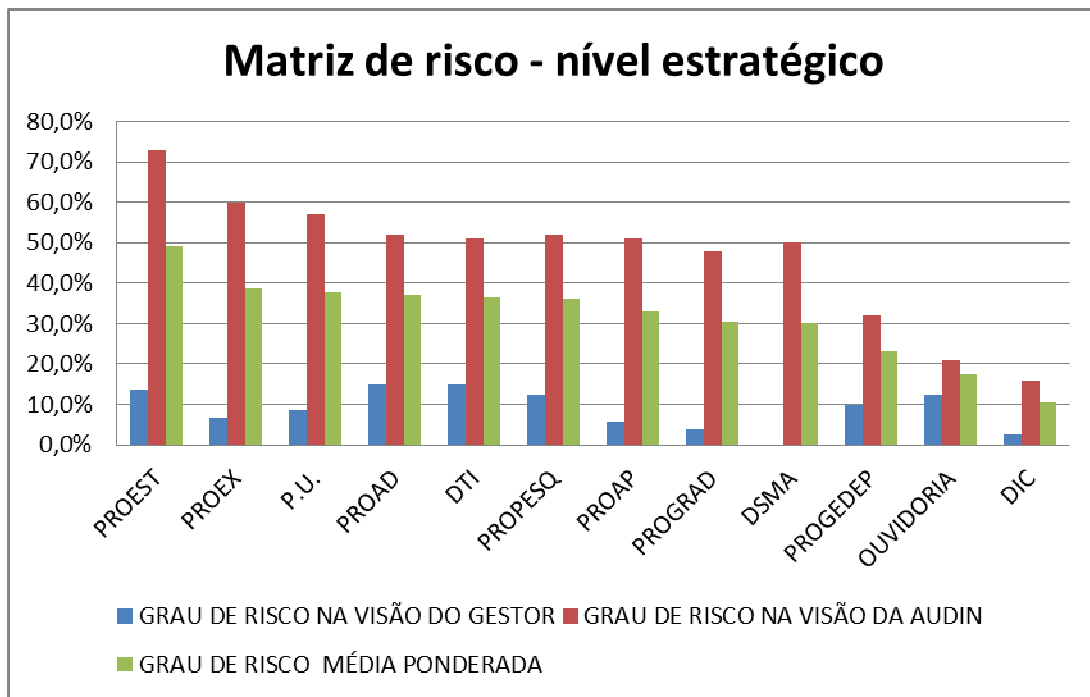


Figura 6 – Matriz de risco – Nível tático

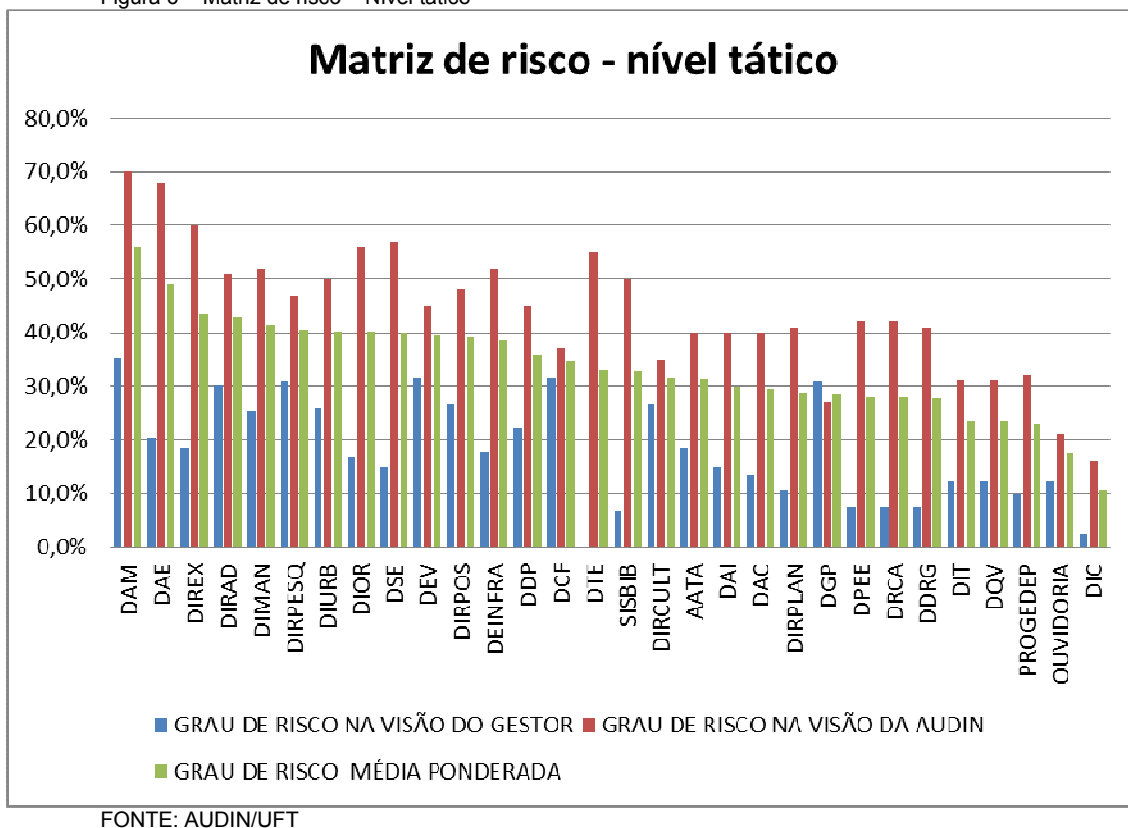


Figura 7 - Matriz de riscos das áreas (níveis estratégico e tático)

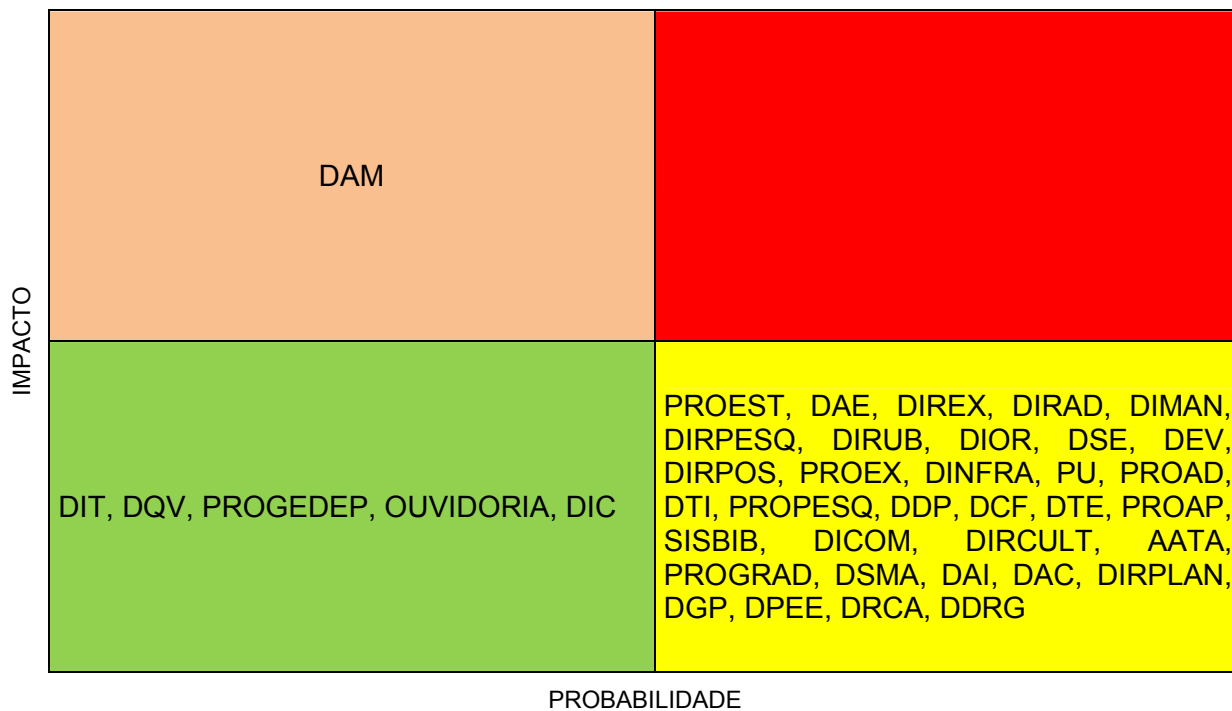


Figura 8 – Matriz de áreas de risco do *campus* de Gurupi

ÁREAS AVALIADAS			
ÁREA	GRAU DE RISCO NA VISÃO DO GESTOR	GRAU DE RISCO NA VISÃO DO AUDIN	GRAU DE RISCO - MÉDIA PONDERADA
BIBLIOTECA	61,11%	55,00%	57,44%
DIREÇÃO DO CAMPUS	37,04%	70,00%	56,81%
COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA	22,22%	70,00%	50,89%
GERENCIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	38,89%	52,00%	46,76%
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	27,78%	55,00%	44,11%
COORD. ADMINISTRATIVA	38,89%	47,00%	43,76%
SECRETARIA ACADÊMICA	9,26%	55,00%	36,70%
COORDENAÇÃO PESQ. PÓS GRADUAÇÃO	44,44%	30,00%	35,78%
COORDENAÇÃO ESPAÇO FÍSICO / PREFEITURA DO CAMPUS	31,48%	33,00%	32,39%

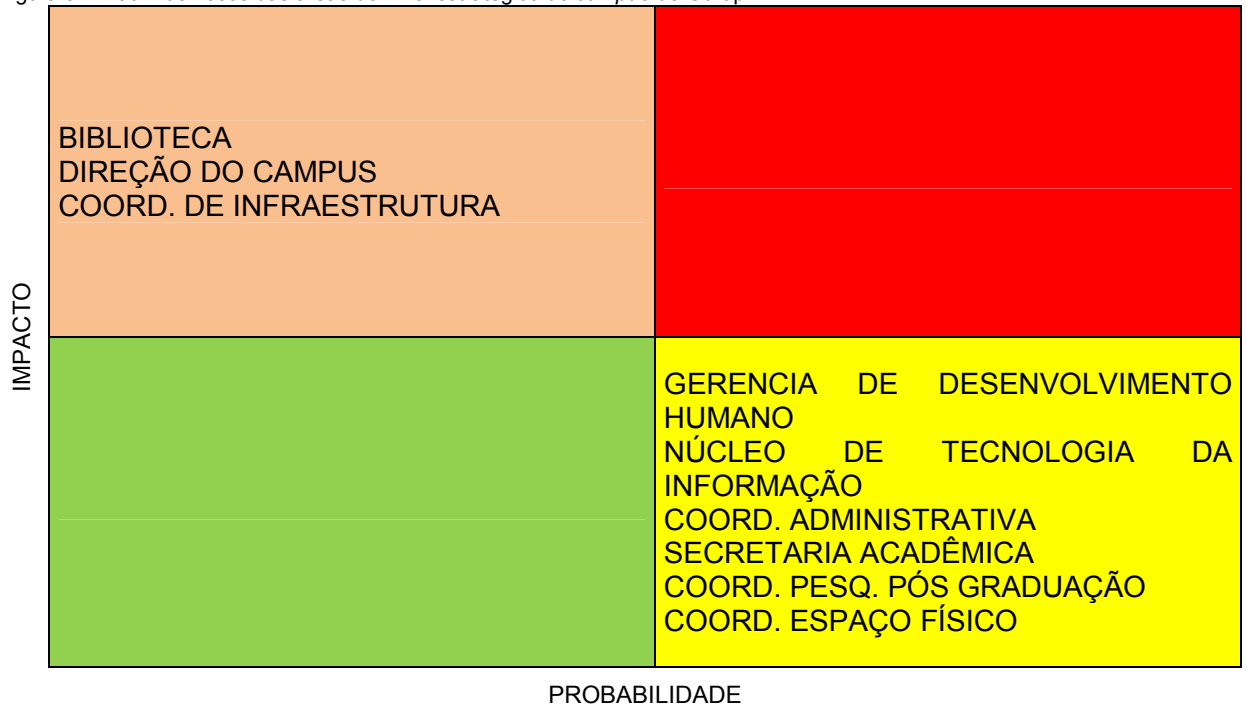
Legenda:

RISCO BAIXO

RISCO MÉDIO
RISCO ALTO
RISCO ALTÍSSIMO

FONTE: AUDIN/GURUPI

Figura 9 – Matriz de riscos das áreas de nível estratégico do *campus* de Gurupi



FONTE: AUDIN/GURUPI

5.2.4 – Estoque de recomendações.

O estoque está alimentado com as recomendações que foram expedidas desde o exercício de 2013 e é utilizado para verificar a quantidade de recomendações expedidas pela equipe da Audin e pelos órgãos de controle interno e externo.

Para classificar o grau de risco das recomendações, foram utilizados os parâmetros de probabilidade e impacto, onde o nível de risco é medido de acordo com a escala de probabilidade em que ele pode ocorrer e o impacto que pode causar na instituição.

Para mensurar as duas variáveis, é utilizada a escala abaixo:

Figura 10 – Escalas de probabilidade e impacto

Escala de Probabilidades		Escala de Impactos	
Nível	Descritor	Nível	Descritor
5	Quase certo	16	Catastrófica
4	Provável	8	Maior
3	Possível	4	Moderada
2	Improvável	2	Menor
1	Raro	1	Insignificante

FONTE: AUDIN/UFABC

A partir das escalas acima, é calculado o nível de risco (NR), que pode variar de 1 – risco baixo a 80 – risco altíssimo, de acordo com o resultado do cálculo:

$$NR = P \times I$$

Onde:

NR - nível de risco

P – probabilidade

I - impacto

Figura 11 – Escala de nível de risco

5	5	10	20	40	80
4	4	8	16	32	64
3	3	6	12	24	48
2	2	4	8	16	32
1	1	2	4	8	25
P X I	1	2	3	4	5

LEGENDA	
	risco baixo
	risco médio
	risco alto
	risco altíssimo

FONTE: AUDIN/UFABC

De acordo com a escala utilizada, a probabilidade é analisada também sobre os aspectos de relevância e criticidade e o impacto, sobre a materialidade. Assim, o estoque de recomendações ficou hierarquizado da seguinte maneira:

Figura 12 – Matriz de riscos – recomendações da Audin

5					
4				BOLSA PERMANÊNCIA E ACÓRDÃO 55	
3		DIÁRIAS E PASSAGENS, CARGA HORÁRIA, COOPERAÇÃO TÉCNICA, LAI E OUVIDORIA	FROTA, TI E CONTRATOS TERCEIRIZADOS	FUNDAÇÃO DE APOIO E PATRIMÔNIO	
2			MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL		
1					
P X I	1	2	3	4	5

FONTE: AUDIN/UFT

Figura 13 – Matriz de riscos – recomendações do TCU

5					
4				SERVIÇOS OFERTADOS À COMUNIDADE ACADÊMICA	
3		AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA E ATUAÇÃO DA AUDIN	AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA E GESTÃO DE PESSOAS		
2					
1					
P X I	1	2	3	4	5

FONTE: AUDN/UFT

Figura 14 – Matriz de riscos – recomendações da CGU

5					FUNDAÇÃO DE APOIO E CUSTO ALUNO
4					OBRAS
3		AUDITORIA INTERNA	D.E. - ACUMULAÇÃO, IMÓVEIS, INDICADORES, TRANSPARÊNCIAS DAS ATIVIDADES DOCENTES	NORMATIZAÇÃO CARGA HORÁRIA DOCENTE	
2		INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIO			
1					
P X I	1	2	3	4	5

FONTE: AUDIN/UFT

De acordo com o Projeto de ABR desenvolvido, cabe-nos enfatizar que a análise de risco com relação à Diretoria de Sustentabilidade e Meio Ambiente e à Diretoria de Tecnologias Educacionais deixou de ser realizada, pois não obtivemos

resposta aos contatos que foram realizados tanto por memorando, e-mail e whatsapp. Assim, sem a análise do risco feita pelas áreas citadas, restou prejudicada a análise ponderada como descrita acima.

Assim sendo, verifica-se que as diversas áreas da UFT, nesta segunda avaliação envolvendo a visão dos Gestores Estratégicos e Táticos de cada uma das áreas e a da Auditoria Interna, apresentaram riscos de baixo a alto, tendo a Diretoria de Inovações Tecnológicas, a Diretoria de Qualidade de Vida, a Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, a Ouvidoria e a Diretoria de Informação ao Cidadão apresentando os riscos mais baixos e a Diretoria de Alimentação e Moradia apresentando o risco mais alto, sem alcançar o risco altíssimo.

6 – O PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

6.1 - Descrição das atividades e ações de auditoria previstas para o exercício de 2017 – Unidade de Auditoria Interna - Reitoria

Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
01	Acompanhamento das recomendações citadas nos relatórios da CGU, das demandas do- TCU e do PPP da UFT.	4 – Políticas de Gestão	Os apontamentos e recomendações feitos pelos órgãos de controle são de fundamental importância para a melhoria dos procedimentos administrativos envolvidos no controle das aplicações dos recursos públicos, além de auxiliar na hermenêutica dos diplomas legais bem como na aderência à legislação vigente.	TCU, CGU-TO e Audin	Acompanhar os atos dos gestores no tocante ao atendimento das recomendações feitas pelos órgãos de controle durante o exercício e também verificar as ações que estão sendo desenvolvidas para cumprir o que foi proposto no PPP. Verificar falhas apontadas em todas as recomendações, propondo soluções de forma a orientar os setores envolvidos para que as faltas sejam sanadas e não voltem a ocorrer. Acompanhar o cumprimento das metas apresentadas no plano de providências para sanar as constatações apresentadas por meio de notas de auditoria	Verificar as falhas apontadas em todas as recomendações, propondo soluções de forma a orientar os setores envolvidos para que as faltas sejam sanadas e não voltem a ocorrer. Acompanhar o cumprimento das metas apresentadas no plano de providências para sanar as constatações apresentadas por meio de notas de auditoria	Permanente	Todas as unidades que forem citadas nos relatórios

Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
02	Exame da composição do processo de prestação de contas do exercício de 2017	1 – Planejamento e Avaliação Institucional	Inobservância dos procedimentos legais e formais vigentes (Instruções e Decisões Normativas do TCU).	TCU e Proap	Emitir parecer sobre a prestação de contas anual da Universidade. Maior agilidade e fidedignidade das informações inseridas no Processo de Contas	Analisar o processo de Prestação de Contas Anual com consequente emissão de parecer da Unidade de Auditoria Interna com base na atuação da unidade; checar o cumprimento das recomendações e determinações da CGU e TCU e observar a formalização do processo como um todo	02 a 22 de março de 2017 (15 dias úteis)	Proap e Audin
03	Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN/2017	1 – Planejamento e Avaliação Institucional	Relatório elaborado sem a devida clareza e objetividade, dificultando o entendimento da real situação em que se encontra a Instituição, não evidenciando se os controles internos administrativos são adequados e se os recursos públicos estão sendo devidamente aplicados. Para o administrador público, o relatório é um importante instrumento auxiliar de gestão, na medida em que pode ajudar a entidade a alcançar suas metas, proporcionando-lhe informações, análises e recomendações, facilitando o processo de gestão. Para a CGU-TO, permite avaliar o trabalho desenvolvido pela Unidade de Auditoria Interna.	CGU	Expor as atividades de auditoria que foram realizadas durante o exercício equivalente e seus achados, a eficácia dos resultados alcançados, as justificativas apresentadas quanto às pendências existentes e as recomendações e sugestões apresentadas aos centros de custos com vistas a melhorar as atividades administrativas. Contribuição da Unidade de Auditoria Interna na prevenção de irregularidades e impropriedades.	Detalhar os trabalhos de auditoria desenvolvidos de acordo com o que estava previsto no PAINT/2016 e as auditorias especiais que (se) foram realizadas e, ainda, demonstrar as atividades de acompanhamento preventivo e assessoria à gestão desenvolvidas durante o exercício abrangido pelo relatório.	02 a 31 de janeiro de 2017 (22 dias úteis)	Audin

Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
04	Auditoria Baseada em Riscos – ABR-2018	1 – Planejamento e Avaliação Institucional	<p>A ausência de uma matriz de risco para a elaboração do planejamento da Audin pode ter como consequência um planejamento falho e inconsistente.</p> <p>A construção da Matriz de Risco dentro da metodologia proposta demonstra o amadurecimento da Auditoria Interna que passa a trabalhar com a gestão de risco para embasar as ações auditoria, já que as ações serão devidamente embasadas e passarão a servir de base também para futuras ações institucionais.</p>	Audin	Hierarquizar o grau de risco das unidades administrativas dos níveis estratégico e tático, através da utilização de metodologia específica, em que são consideradas a análise dos gestores e da Audin, de acordo com os critérios de materialidade, relevância, criticidade e risco, para que se obtenham informações suficientes para priorizar as ações de auditoria do exercício seguinte.	<p>Aplicar questionários específicos para os gestores dos níveis estratégico e tático e para a equipe da Audin.</p> <p>Tabular os dados coletados e elaborar a matriz de risco de acordo com a hierarquização de risco das unidades.</p>	01 de agosto a 15 de setembro de 2017 (33 dias úteis)	Unidades dos níveis estratégico e tático da instituição.
05	Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2018	1 – Planejamento e Avaliação Institucional	<p>Descumprimento dos normativos que regem a elaboração do planejamento das atividades da Audin.</p> <p>O PAINT é a ferramenta utilizada pelo gestor e pela CGU para acompanhar e avaliar os trabalhos desenvolvidos pela equipe da Audin</p>	CGU	<p>Planejar e organizar por área os trabalhos de auditoria a serem realizados durante o exercício de 2018, utilizando a matriz de risco elaborada com a metodologia da ABR e sob os critérios da materialidade, relevância e criticidade</p> <p>Elaborar um planejamento de auditoria de acordo com a legislação vigente, observando as áreas que possuem grau de risco mais elevados;</p>	<p>Analisar o PDI da instituição, os resultados obtidos no exercício anterior, a matriz de riscos elaborada e o estoque de recomendações para estabelecer as ações que serão desenvolvidas no exercício subsequente.</p>	18 de setembro a 31 de outubro de 2017 (28 dias úteis)	Audin

Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
06	Restaurante Universitário e Programa Auxílio Alimentação	03 – Políticas Acadêmicas	<p>A Diretoria de Alimentação e Moradia apresentou o maior grau de risco na hierarquização da ABR.</p> <p>A UFT está inserida na região norte, cujos 76,09% dos alunos matriculados são de família com renda média de até 1,5 salário, e os recursos do PNAES.</p>	Audin – Matriz ABR	<p>Verificar o funcionamento dos restaurantes universitários e a gestão dos recursos destinados ao programa auxílio alimentação.</p> <p>Corrigir possíveis falhas que possam ocorrer nas rotinas do setor e emitir recomendações de fortalecimento e melhoria dos controles internos adotados tanto para a gestão dos RUs quanto para a concessão do auxílio alimentação.</p>	Verificar se os restaurantes universitários estão cumprindo com o seu papel social, de fornecer alimentação de qualidade a preços acessíveis à comunidade acadêmica carente e analisar a efetividade do programa auxílio alimentação, verificando a legalidade da concessão de 35% dos auxílios.	02 de maio a 30 de junho de 2017 (42 dias úteis)	Proest – Diretoria de Alimentação e Moradia
07	Programas de extensão	03 – Políticas Acadêmicas	<p>A Diretoria de Extensão apresentou o 4º grau de risco na hierarquização da ABR.</p> <p>Fragilidades nas rotinas e nos controles internos do setor podem ter como consequência o pagamento indevido de bolsas e a má utilização dos recursos públicos. Além disso, as ações de extensão possuem grande relevância institucional, pois visam aproximar a instituição, a comunidade acadêmica e a comunidade externa.</p>	Audin – Matriz ABR e análise de risco do estoque de recomendações	<p>Analisar os projetos de extensão que foram desenvolvidos com a participação da fundação de apoio, principalmente aqueles que tiveram a transferência de recursos para sua execução e verificar a existência de normativos que regulamentem o assunto.</p> <p>Orientar os gestores para a necessidade de normatizar os procedimentos institucionais, fortalecer os controles internos da área e corrigir possíveis distorções na execução dos programas de extensão.</p>	Analisar 35% dos projetos de extensão que foram realizados, inclusive aqueles que tiveram a participação da fundação de apoio, verificando a destinação dos recursos envolvidos e o cumprimento do que está proposto no plano de trabalho do projeto, tanto quantitativa quanto qualitativamente.	01 de fevereiro a 31 de março de 2017 (40 dias úteis)	Proex – Diretoria de Extensão

Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
09	Plano de Gestão de Logística Sustentável	1 – Planejamento e Avaliação Institucional; 5 – Infraestrutura física	A P.U., de acordo com a hierarquização da ABR está entre as 15 unidades que apresentaram o risco mais elevado e, além disso, há a constante necessidade de se aplicar os preceitos de sustentabilidade na gestão dos recursos da universidade.	Audin	<p>Analisar o PGLS e o cumprimento de suas metas que foram definidas no exercício de 2013.</p> <p>Propor ações corretivas e de atualização do PGLS e de fortalecimento dos controles internos dos setores envolvidos com a efetivação do plano.</p>	Verificar a porcentagem de cumprimento das metas estabelecidas no PGLS, analisando se as ações que foram desenvolvidas atendem aos preceitos legais e regimentais de sustentabilidade ambiental.	03 a 28 de abril de 2017 (17 dias úteis)	Prefeitura Universitária e Diretoria de Sustentabilidade e Meio Ambiente
10	Concessão de bolsas ou auxílios financeiros pela Propesq.	3 – Políticas Acadêmicas	As Diretorias de Pesquisa e de Pós-graduação, de acordo com a hierarquização da ABR, estão entre as 15 unidades que apresentaram o risco mais elevado e, além disso, há a ampliação das áreas de pesquisa, com consequente destinação de recursos para atendimento das demandas institucionais.	Audin	<p>Verificar as rotinas e os controles em relação à concessão dos auxílios e bolsas, através da análise e dos normativos dos processos seletivos.</p> <p>Fortalecimento dos controles internos, adequação das rotinas aos normativos existentes e correção de possíveis falhas na concessão de bolsas e auxílios.</p>	Verificar a aderência dos processos aos normativos internos, através da análise de 35% dos editais de seleção de bolsas e 25% dos processos de concessão de auxílios, além da verificação da existência de regras internas que regulamentem o assunto.	03 de julho a 11 de agosto de 2017 (30 dias úteis)	Propesq
11	Governança nas aquisições e nas aquisições de TI	4 – Políticas de Gestão	Considerando a hierarquização da ABR, os setores envolvidos com as aquisições (Proad, Dirad e DTI) ficaram entre os 15 que apresentaram risco mais elevados. Além disso, há que se pensar em governança para trabalhar melhor os recursos públicos, principalmente quanto a responsabilidade e transparência dos atos praticados.	Audin	<p>Analisar os setores responsáveis pelas aquisições e verificar se possuem normativos suficientes e se desenvolvem gestão de riscos das aquisições no âmbito da universidade</p> <p>Orientar os setores que realizam as aquisições a trabalhar a governança e a gestão de riscos.</p>	Verificar se os normativos internos que norteiam as aquisições atendem aos princípios da governança e da gestão de riscos.	01 de novembro a 01 de dezembro de 2017 (20 dias úteis)	Proad e DTI

Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
12	Desenvolvimento institucional	2 – Desenvolvimento institucional	Alinhar os objetivos e metas da Audin ao PDI da instituição e formatar a página da Audin, com vistas a promover transparência aos atos praticados.	Audin	Realizar o planejamento estratégico da Audin, com a definição da missão, visão e valores e colocar no ar a página da Audin na internet.	Definir a missão, visão e valores da Auditoria Interna e desenvolver a página da Audin no site da UFT.	04 a 15 de dezembro de 2017 (10 dias úteis)	Audin

6.2 - Descrição das atividades e ações de auditoria previstas para o exercício de 2017 – Unidade de Auditoria Interna - Campus de Gurupi

Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
01	Acompanhamento das recomendações dos anos anteriores e das ordens de serviço da Unidade Central de Auditoria	4 – Políticas de Gestão	Os apontamentos e recomendações feitos são de fundamental importância para a melhoria dos procedimentos administrativos envolvidos no controle das aplicações dos recursos públicos.	Audin UFT	Acompanhar os atos dos gestores ao atendimento das recomendações feitas pelos órgãos de controle e verificar as ações que estão sendo desenvolvidas para cumprir o que foi proposto no PDI e PDC. Verificar as recomendações, propondo soluções para orientar os setores envolvidos para que as faltas sejam sanadas e não voltem a ocorrer. Acompanhar o cumprimento das metas apresentadas para sanar as constatações por meio de notas de auditoria.	Verificar o atendimento das recomendações, propondo soluções de forma a orientar os setores envolvidos para que as faltas sejam sanadas e não voltem a ocorrer. Acompanhar o cumprimento das metas apresentadas no PDI e PDC para sanar as constatações apresentadas por meio de notas de auditoria.	Permanente	Todas as unidades que forem citadas nos relatórios
02	Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN/2016.	1 – Planejamento e Avaliação Institucional	Previsão na IN 24/2015 da CGU. Para o administrador público, o RAIN é um importante instrumento auxiliar de gestão, na medida em que pode ajudar a entidade a alcançar suas metas, proporcionando-lhe informações, análises e recomendações, facilitando o processo de gestão. Para a CGU-TO, permite avaliar o trabalho desenvolvido pela Unidade de Auditoria Interna.	CGU e Audin	Expor as atividades de auditoria que foram realizadas durante o exercício equivalente e seus achados, a eficácia dos resultados alcançados, as justificativas apresentadas quanto às pendências existentes e as recomendações e sugestões apresentadas aos centros de custos com vistas a melhorar as atividades administrativas. Contribuição da Unidade de Auditoria Interna na prevenção de irregularidades e impropriedades.	Detalhar os trabalhos de auditoria desenvolvidos de acordo com o que estava previsto no PAIN/2016 e as auditorias especiais que (se) foram realizadas e, ainda, demonstrar as atividades de acompanhamento preventivo e assessoria à gestão desenvolvidas durante o exercício abrangido pelo relatório.	02 a 31 de janeiro de 2017 (22 dias úteis)	Audin

Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
03	Auditoria Baseada em Riscos – ABR 2018	1 – Planejamento e Avaliação Institucional	A ausência de uma matriz de risco para a elaboração do planejamento da Audin pode ter como consequência um planejamento falho e inconsistente. A construção da Matriz de Risco dentro da metodologia proposta demonstra o amadurecimento da Auditoria Interna que passa a trabalhar com a gestão de risco para embasar as ações auditoria, já que as ações serão devidamente embasadas e passarão a servir de base também para futuras ações institucionais.	Audin	Hierarquizar o grau de risco das unidades administrativas dos níveis estratégico e tático, através da utilização de metodologia específica, em que são consideradas a análise dos gestores e da Audin, de acordo com os critérios de materialidade, relevância, criticidade e risco, para que se obtenham informações suficientes para priorizar as ações de auditoria do exercício seguinte.	Aplicar questionários específicos para os gestores dos níveis estratégico e tático e para a equipe da Audin. Tabular os dados coletados e elaborar a matriz de risco de acordo com a hierarquização de risco das unidades.	01 de agosto a 15 de setembro de 2017 (33 dias úteis)	Unidades dos níveis estratégico do campus de Gurupi
04	Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2018	1 – Planejamento e Avaliação Institucional	Descumprimento dos normativos que regem a elaboração do planejamento das atividades da Audin. O PAINT é a ferramenta utilizada pelo gestor e pela CGU para acompanhar e avaliar os trabalhos desenvolvidos pela equipe da Audin	CGU e Audin	Planejar e organizar por área os trabalhos de auditoria a serem realizados durante o exercício de 2018, utilizando a matriz de risco elaborada com a metodologia da ABR e sob os critérios de materialidade, relevância e criticidade. Elaborar um planejamento de auditoria de acordo com a legislação vigente, observando as áreas que possuem grau de risco mais elevados.	Analisar o PDI da instituição, os resultados obtidos no exercício anterior, a matriz de riscos elaborada e o estoque de recomendações para estabelecer as ações que serão desenvolvidas no exercício subsequente.	18 de setembro a 31 de outubro de 2017 (28 dias úteis)	Audin

Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
05	Acervo Bibliográfico.	4 – Políticas de Gestão	A Biblioteca foi o setor considerado de nível estratégico do Campus que apresentou maior grau de risco no ranking das áreas avaliadas no projeto ABR, sendo considerado risco alto com média ponderada de 57,44%. O acervo bibliográfico compreende o conjunto patrimonial da Universidade.	Audin-Matriz ABR.	Verificar a consistência dos procedimentos de controle do acervo bibliográfico da Biblioteca do Campus.	Analisar o fluxo de trabalho utilizado para registro, guarda e controle patrimonial do acervo bibliográfico.	02 de maio a 30 de junho de 2017 (42 dias úteis)	Biblioteca.
06	Atos da Direção do Campus	2 – Desenvolvimento Institucional	A Direção do Campus fora classificada em 2º segundo no ranking das áreas avaliadas no projeto ABR, sendo considerado risco alto com média ponderada de 56,81%. A Direção do Campus é órgão executivo e principal formulador da política e planejamento institucional do Campus.	Audin-Matriz ABR.	Analisar a formulação e emissão dos atos administrativos da Direção do Campus.	Analisar os pressupostos de economicidade, racionalidade, efetividade e publicidade dos atos emitidos pela Direção do Campus.	01 a 27 de fevereiro de 2017 (19 dias úteis)	Direção do Campus.
07	Contratos Administrativos de prestação de serviços de infraestrutura.	5 – Infraestrutura Física	A coordenação de infraestrutura fora classificada com grau de risco considerado alto, com média ponderada de 50,89. Esta relevância é decorrente sobretudo da fiscalização dos contratos de prestação de serviços de infraestrutura, incumbida a este setor.	Audin-Matriz ABR.	Analisar a efetivação da fiscalização dos contratos administrativos de prestação de serviços de infraestrutura.	Analisar o cumprimento e efetividade da fiscalização dos contratos administrativos de prestação de serviços de infraestrutura – manutenção predial, instalação e manutenção de ar-condicionado, construção de prédios e etc.	01 de março a 14 de abril de 2017 (33 dias úteis)	Coordenação Infraestrutura

Nº	OBJETO	MACROPROCESSO	RISCO/RELEVÂNCIA	ORIGEM	OBJETIVO/RESULTADO ESPERADO	ESCOPO	PERÍODO	LOCAL
08	Controle da Frequência dos Servidores.	4 – Políticas de Gestão	A Gerência de Recursos Humanos do Campus fora classificada com risco médio, com média ponderada de 46,76% no projeto de ABR.	Audin-Matriz ABR.	Verificar a consistência do controle de frequência dos servidores do Campus.	Analisar as formas utilizadas pelo setor em relação ao controle da frequência a partir do cumprimento da carga-horária determinada por lei.	17 de abril a 19 de maio de 2017 (23 dias úteis)	Gerência de Recursos Humanos.
09	Políticas de Segurança do sistema de Informação.	4 – Políticas de Gestão	O Núcleo de Tecnologia da Informação fora considerado com risco médio, com média ponderada de 44,11% no projeto ABR.	Audin-Matriz ABR.	Verificar a formulação das políticas de segurança da informação.	Analisar os procedimentos constantes para formulação e efetivação de políticas de segurança da informação para o Campus.	01 de novembro a 22 de dezembro de 2017 (35 dias úteis)	Núcleo de Tecnologia da Informação.

7. – Ações de capacitação

Figura 15 – Previsão de capacitação Audin UFT

Ação prevista	Origem da demanda	Justificativa	Cronograma	Local	Servidor - Hora
Participação no Fórum Nacional dos Servidores Integrantes das Auditorias Internas Vinculadas ao MEC - FONAI	MEC/AUDIN	Treinamento e integração dos servidores das auditorias internas das instituições federais vinculadas ao MEC	Maio e Outubro de 2017	A definir	3 servidores - 240h

FONTE: Audin – UFT

Figura 16 – Previsão de capacitação Audin Gurupi

Ação prevista	Origem da demanda	Justificativa	Cronograma	Local	Servidor - Hora
Participação no Fórum Nacional dos Servidores Integrantes das Auditorias Internas Vinculadas ao MEC - FONAI	MEC/AUDIN	Treinamento e integração dos servidores das auditorias internas das instituições federais vinculadas ao MEC	Maio e outubro de 2017	A definir	2 servidores - 240h
Curso à distância da ENAP e CGU	AUDIN Gurupi	Aprimoramento das atividades de auditoria	Primeiro semestre de 2017	À distância	2 servidores – 120h
Curso à distância do TCU e Senado	AUDIN Gurupi	Aprimoramento das atividades de auditoria	Segundo semestre de 2017	À distância	2 servidores – 120h

FONTE: AUDIN/GURUPI

Palmas, 31 de outubro de 2016.

KARINA MOSEL PAIXÃO
Coordenadora de Auditoria Interna